

A CIÊNCIA SOCIAL EUROPEIA COMO CAMPO TRANSNACIONAL DE PESQUISA

Johan Heilbron

Apesar das análises meticulosas de diversos aspectos do processo de integração europeia, os cientistas sociais mal começaram a examinar suas próprias formas de associação. Ainda assim, fora o mercado comum e a união política, a construção institucional europeia sem dúvida se estendeu também para o domínio da erudição e da ciência. Depois de uma observação crucial das raízes históricas desse processo, tratarei neste artigo de esclarecer como a integração europeia do pós-guerra afetou as ciências sociais e as humanidades. Para isso, procederei, em primeiro lugar, a uma síntese de como a política de apoio à pesquisa europeia se desenvolveu e como o financiamento europeu veio a se concentrar em "programas-quadro" e, mais recentemente, no European Research Council (2007). O forte crescimento desses fundos foi acompanhado de uma crescente colaboração, atravessando fronteiras nacionais e ocasionando a emergência de associações e periódicos "europeus" virtualmente em todos os domínios de disciplinas e pesquisas.

Esses arranjos institucionais, que representam cada vez mais uma ampla gama de oportunidades para a colaboração transnacional, são mais bem concebidos como um campo de pesquisa transnacional em formação.¹ Ao explorar a estrutura e o significado deste campo, três tipos de relações serão examinadas: entre países, entre disciplinas e entre colaborações intra e extraeuropeias. Na parte final, levo em conta brevemente a ciência social europeia, não tanto no nível institucional, mas no nível individual. Embora o campo das ciências sociais seja, em muitos aspectos, fraco, os dados sobre citações indicam que os acadêmicos europeus dominam rankings dos autores mais citados nas ciências sociais e humanidades. Argumento que este fato paradoxal deveria receber maior atenção ao se considerarem os pontos fortes e fracos das ciências sociais na Europa.

Apesar de este artigo ser sobre a Europa, ele é concebido como estudo de caso de um processo que tem, na realidade, um significado muito mais amplo. O *World Social Science Report 2010* da Unesco, por exemplo, documentou iniciativas de construção de instituições regionais transna-

cionais nas ciências sociais também na América Latina, na África, na Ásia e no mundo árabe. Situados entre os níveis nacional e global, os campos regionais transnacionais representam nas ciências sociais e humanidades um modo importante de internacionalização que, entretanto, ainda não foi adequadamente estudado.

Uma herança ambígua

Embora a promoção de colaboração científica não fosse uma prioridade nos projetos iniciais de integração europeia, ela tampouco esteve completamente ausente. Um dos primeiros e ainda agora mais preeminentes exemplos é o do European Laboratory for Particle Physics, fundado em 1954 e mais conhecido pelo acrônimo francês CERN, Conseil Européen pour la Recherche Nucléaire. O CERN e outros programas e institutos científicos muitas vezes foram apresentados como uma tradição europeia continuada e estabelecida de educação superior. Universidades medievais, não obstante tomassem emprestadas muitas das práticas de instituições islâmicas, de fato representavam uma rede de alcance europeu de intercâmbio erudito. A rede operava com base em uma língua comum, o latim; numa concepção comum do ensino superior; e em altas taxas de mobilidade geográfica.² As academias e outras sociedades do saber que surgiram durante o Renascimento ampliaram o campo com um conjunto adicional de instituições. Cobrindo domínios do conhecimento que eram periféricos ou inexistentes nas universidades, as academias também evoluíram para formar uma rede por toda a Europa (Karady 2009; Bots & Wacquet 1997).³

Seria equivocado, no entanto, apresentar a construção institucional europeia contemporânea como uma continuação desse legado medieval e da época moderna. Organizações eruditas europeias não se limitaram a reviver e a recriar a herança de universidades e academias. Foi preciso que lidassem com outro componente da tradição europeia: o Estado-nação e as estruturas a ele associadas. A ascensão dos Estados nacionais desde o fim da Idade Média culminou com o estabelecimento de um sistema europeu de Estados em que Estados-nação centralizados, como a Grã-Bretanha, a França e a Prússia, prevaleceram sobre Cidades-estado e confederações políticas.⁴ As repercussões intelectuais dessa mudança são claramente ilustradas pelo destino das instituições eruditas. O mundo de sociedades do saber passou a ser dominado por academias nacionais prestigiosas, como a Académie Française (1635) e a Royal Society (1660). O latim perdeu o monopólio como *lingua franca* da República das Letras, um processo que foi fortalecido pela

ascensão subsequente de periódicos, frequentemente publicados — pelas mesmas academias — em vernáculos nacionais.⁵

Embora fossem originalmente instituições eclesiásticas, as universidades progressivamente passaram a se apoiar também nos Estados nacionais, e a proporção de docentes e alunos estrangeiros foi diminuindo por toda a Europa. Por volta de 1600, por exemplo, a Universidade de Leiden ainda contava com mais docentes estrangeiros do que holandeses, mas no século XVIII os docentes estrangeiros já se haviam tornado raros; estudantes holandeses graduando-se em universidades estrangeiras também se tornavam exceção (Wansink 1981; Frijhoff 1981).

Se a ascensão do nacionalismo nos países centrais do sistema europeu de Estados teve grande impacto nas instituições do saber, o inverso também se deu. Seria possível argumentar que a nacionalização de instituições eruditas e culturais foi uma pré-condição para o sucesso do nacionalismo como força política. Foi em nome da "nação" que os revolucionários franceses puseram fim ao antigo regime, enquanto a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas desempenharam um importante papel no estímulo aos nacionalismos em outros países. Ao longo do século XIX, portanto, a educação superior europeia estava organizada em sistemas acadêmicos nacionais; o ensino era feito em idiomas vernaculares e o latim era reservado para fins cerimoniais. As tradições intelectuais muitas vezes adquiriram perfis nacionais distintivos. A noção de "ciências da mente", *Geisteswissenschaften*, era concebida como alternativa para o positivismo francês e o empirismo britânico. Mesmo nas escolas nacionais de ciências era um fenômeno recorrente. Aquilo a que muitos chamavam de "química francesa" — a de Lavoisier e seus colegas — foi contestado na Grã-Bretanha e na Alemanha, e provocou controvérsias durante boa parte do século XIX.⁶ Periódicos de disciplinas, originados no decorrer do século XIX, foram de maneira geral periódicos nacionais; publicações sobre matemática ou física não eram exceção (Gispert 2001).

Tem se argumentado que a ascensão de organizações internacionais a partir de meados do século XIX acarretou uma mudança crítica nesse processo (Boli & Thomas 1999). Apesar de terem tido um papel bastante significativo, as organizações internacionais não desafiaram fundamentalmente a predominância das instituições nacionais. Conferências, comitês e institutos científicos internacionais proveram ocasião para o intercâmbio científico e a diplomacia erudita, mas pressupunham a existência de instituições nacionais. Eles funcionavam muitas vezes de forma análoga ao Comitê Olímpico Internacional, como instrumento que organiza e regula a competição, não tanto entre indivíduos, mas entre nações. Esperava-se, de

certa forma, que o seleto grupo de cientistas e estudiosos envolvidos representasse o seu país (Crawford 1992; Crawford, Shin & Sörlin 1993; Charle, Schriewer & Wagner 2004).

Então, como depois da Segunda Guerra Mundial mais e mais organizações científicas “europeias” foram fundadas, elas se viram numa encruzilhada. Por um lado, elas podiam reivindicar legitimamente que perpetuavam uma tradição europeia que datava de antes do Estado-nação. Por outro lado, elas apenas poderiam prosperar ao se edificarem sobre a tradição europeia mais recente dos sistemas claramente nacionais de educação superior e dos Estados-nação rivais.

A gênese de uma política europeia de pesquisa

A política científica europeia se tornou, recentemente, um fator cada vez mais importante na modelagem de virtualmente todos os campos de pesquisa. Desde a chamada Agenda de Lisboa, em 2000, a ciência foi a pedra fundamental da política europeia.⁷ Nos anos 1950, o apoio europeu às ciências era dado apenas para instituições destacadas, como o CERN (1954) ou a Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom, 1957), sendo que só nos anos 1970 passou a existir uma política científica europeia mais sistematizada. Contra o plano de fundo da recessão econômica mais profunda desde a Segunda Guerra Mundial e diante da competição internacional galopante, o apoio à pesquisa e ao desenvolvimento europeu passou a se concentrar nos “programas-quadro” plurianuais. O primeiro foi lançado em 1984, e os fundos europeus para pesquisa foram gradualmente aumentando: de 800 milhões de euros, em 1984, para mais de 7 bilhões de euros ao ano em 2007.

O objetivo geral dos programas-quadro era fortalecer as bases científicas e tecnológicas da economia europeia e aprimorar sua competitividade. Por sua estrutura temática, os programas-quadro refletiam os objetivos da política da União Europeia como um todo. O Tratado de Maastricht de 1992 ampliou ligeiramente o programa, mas foi apenas com a Agenda de Lisboa de 2000 que a pesquisa e a inovação se tornaram prioridade europeia. A Europa, como foi anunciado pelos líderes de governo reunidos em Lisboa, deveria ser transformada na “economia de conhecimento mais competitiva” do mundo. A trajetória traçada para a ciência era paralela àquela prevista para a educação. Assim como o Processo de Bolonha de 1999 almejava criar uma Área Europeia de Ensino Superior (European Higher Education Area — EHEA) única, a política de pesquisa agora propunha estabelecer uma Área Europeia de Pesquisa (European Research Area — ERA).

A ERA, no entanto, é mais do que uma simples estrutura de política. Ela foi concebida como nada menos que uma extensão do próprio mercado comum. Sendo o mercado comum definido por “quatro liberdades” — a livre circulação de bens, capital, serviços e pessoas — a Área Europeia de Pesquisa acrescenta uma quinta liberdade: a de circulação de pesquisadores, conhecimento e tecnologia. Uma das consequências mais importantes dessa nova política foi o estabelecimento, em 2007, do Conselho Europeu de Pesquisa. Equivalente à American National Science Foundation — NSF, o Conselho financia pesquisas de excelência em todas as disciplinas, independente de objetivos específicos da política. Assim, representa uma mudança importante em comparação com a pesquisa mais orientada pela política dos programas-quadro.⁸

Curiosamente, pouco se sabe sobre as consequências desse processo de europeização das ciências sociais e humanas. Os raros estudos que existem se preocupam com uma “identidade europeia” presumida, mas mal definida, ou fazem a justaposição de casos nacionais que ignoram o nível transnacional.⁹ Afora os relatórios sobre a política, quase não há estudo algum sobre a emergência e o funcionamento de um campo transnacional europeu de bolsas de estudo e suas consequências para as ciências sociais e humanas.¹⁰

As mais antigas estruturas europeias de pesquisa nas ciências sociais eram iniciativas locais fundadas por filantropias norte-americanas, como a Fundação Ford. Os beneficiários do seu apoio eram programas de pesquisa empírica de ciência social, com um desenvolvimento europeu promissor, mas pouco assentado. Isto se aplicava, por exemplo, ao Centre de Sociologie Européenne e aos *Archives européennes de sociologie / European Journal of Sociology*, ambos fundados em 1960 pelo sociólogo francês Raymond Aron. O mesmo aconteceu com o Consórcio Europeu para a Pesquisa Política (European Consortium for Political Research), fundado uma década mais tarde, em 1970, e que também lançou um periódico, o *European Journal of Political Research*, de 1973 (Newton & Boncourt 2010).¹¹ Ambas as iniciativas se preocupavam com os estudos comparativos, que pareciam mais imperativos na Europa do que nos Estados Unidos.

Com a ascensão de uma política europeia mais explícita nos anos 1970 e o começo dos programas-quadro nos anos 1980, o financiamento a programas europeus se deslocou de volta para a Europa. Nos programas-quadro iniciais, contudo, quase não havia provisões para as ciências sociais e humanidades.¹² O primeiro programa de pesquisa de pleno direito foi introduzido no quarto programa-quadro (1994-1998) e teve continuidade nos programas-quadro subsequentes (Kastrinos 2010).¹³ Embora apenas entre 1% e 2% dos programas-quadro tenha se destinado às ciências sociais e às humanidades, seu

tamanho e seu significado eram consideráveis. Os três programas-quadro entre 1994 e 2006 financiaram 580 projetos em ciências sociais e humanidades, a vasta maioria sendo de projetos de pesquisa. Cada projeto durava cerca de três anos, contava em média com 10 parceiros, e podia incluir mais de 100 participantes individuais. O resultado desses projetos foi estimado entre 5 e 10 mil livros e entre 20.000 e 32.000 artigos publicados em periódicos. Estes números não incluem a categoria de resultados mais ampla, a literatura não convencional constituída pelas pré-impressões à publicação, os relatórios de pesquisa, os *working papers* e similares.¹⁴

Como todos os projetos dos programas-quadro deveriam incluir pesquisadores de um número mínimo de países europeus, eles funcionavam não apenas como ferramentas para alocar fundos, mas também como estímulo para ampliar a colaboração transnacional. Com a fundação do Conselho Europeu de Pesquisa em 2007, os fundos europeus de amparo à pesquisa aumentaram ainda mais. O Conselho gasta cerca de 15% de seus fundos em ciências sociais e humanidades, e espera-se que gaste mais nessas disciplinas do que os programas-quadro (Kastrinos 2010).

Em um intervalo de tempo notavelmente curto, portanto, um campo transnacional de pesquisa nas ciências sociais e humanas emergiu, criado em grande medida de cima para baixo pelos esquemas de financiamento europeus, e estruturado por um crescente número de programas, organizações e redes organizadas de maneira pouco rígida. Nas ciências sociais, associações e periódicos europeus se tornaram parte integrante da infraestrutura institucional (ver Tabela 1). A tendência rumo à europeização é mais fraca nas humanidades, mas está presente também ali. Tomando as ciências sociais e as humanidades em conjunto, no momento, mais de 100 periódicos anglófonos têm o adjetivo "europeu" em seu título ou subtítulo.¹⁵ Em praticamente todas as disciplinas há ao menos um periódico europeu e algum tipo de associação profissional ou rede europeia.

Padrões de europeização

Estes arranjos institucionais — programas de financiamento, periódicos, associações, redes — representam uma gama de oportunidades em expansão para a colaboração transnacional. Uma forma de examinar o crescimento desses intercâmbios através de fronteiras é por meio da análise bibliométrica. Um indicador interessante a este respeito é o crescimento das coautorias transnacionais. Artigos registrados pelos índices de citações da Web of Science para as ciências sociais e as humanidades indicam que a coautoria

Tabela 1 – Associações e periódicos europeus nas principais disciplinas das ciências sociais

Associações profissionais	Periódicos
European Consortium for Political Research (1970) European Confederation of Political Science Associations (2007)	<i>European Journal of Political Research</i> (1973) <i>European Journal of International Relations</i> (1995) <i>European Political Science</i> (2001)
European Federation of Professional Psychologists Associations (1981)	<i>European Psychologist</i> (1996)
European Economic Association (1984)	<i>European Economic Review</i> (1969) <i>Journal of the European Economic Association</i> (2003)
European Association of Social Anthropologists (1989)	<i>Social Anthropology</i> (1992)
European Consortium for Sociological Research (1991)	<i>European Sociological Review</i> (1985) <i>European Societies</i> (1999)

Fonte: Gingras & Heilbron (2009)

transnacional na Europa aumentou consideravelmente: de cerca de 4% dos artigos registrados em 1980 para 16% em 2006.¹⁶

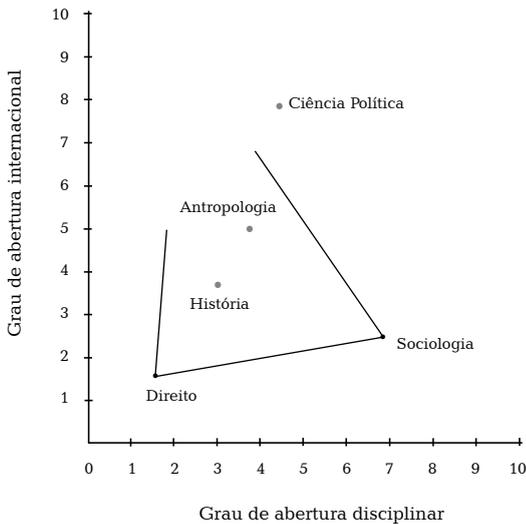
Esta colaboração europeia em expansão é logicamente um processo desigual. Vista em mais detalhes, três padrões gerais podem ser identificados. O primeiro diz respeito à diferença entre países. Estudiosos de alguns países participam com mais frequência de atividades interfronteiras do que os de outros. No campo de pesquisa europeu, alguns países ocupam uma posição mais central e dominante, outros, uma posição mais periférica. Um segundo padrão de variação se dá entre disciplinas: certas disciplinas têm um nível muito mais alto de colaboração internacional do que outras. Um terceiro e

último padrão é relativo ao contexto global no qual a europeização acontece. A colaboração transnacional na Europa aumentou e se institucionalizou de diversas formas, mas como pode ser comparada com a colaboração acadêmica de pesquisadores fora da Europa? Como essas redes e publicações europeias emergentes se comparam com aquelas nos EUA, que é a força dominante na república mundial da ciência?

De acordo com a bibliometria, entre outros indícios, o grau de participação de países em projetos de pesquisa europeus depende, grosso modo, da dimensão de seu sistema de pesquisa. Países como o Reino Unido, a Alemanha e a França, que abrigam um grande número de pesquisadores e de institutos de pesquisa, são mais favorecidos pelos programas europeus do que os países menores. Dentre os países centrais, o Reino Unido ocupa uma posição privilegiada. Acadêmicos que trabalham na Grã-Bretanha — mas que não precisam ter nacionalidade britânica — se beneficiaram mais de programas europeus do que acadêmicos de qualquer outra parte. Eles coordenaram o maior número de projetos de pesquisa europeus, e têm sido envolvidos com mais frequência nessas ações do que acadêmicos de outros países. Alemanha e França vêm em segundo e terceiro lugares, antes de Itália e Holanda.¹⁷ O papel dominante do Reino Unido é ainda mais visível nas redes de coautorias transnacionais. Pesquisadores britânicos ocupam a posição mais central, centralidade esta, aliás, que aumentou ao longo dos anos, enquanto a posição da França diminuiu de maneira notável (Gingras & Heilbron 2009). O papel predominante da Grã-Bretanha se relaciona à sua óbvia vantagem linguística e ao fato correlato de o país abrigar muito mais editoras e publicações acadêmicas internacionais do que os outros países europeus.¹⁸

Embora as redes europeias sejam dominadas por acadêmicos dos países maiores, países menores, incluindo os da Europa central e do leste, também têm desempenhado um papel significativo. De maneira geral, pode-se dizer que o campo de pesquisa europeu nas ciências sociais e nas humanidades tenha se expandido; com o tempo, passou a ser mais inclusivo e mais denso, bem como ligeiramente mais centralizado.

A colaboração europeia também varia por entre disciplinas. A pesquisa colaborativa é feita com mais frequência nas ciências sociais do que nas humanidades, onde é relativamente rara e tem uma taxa menos acelerada de crescimento do que nas ciências sociais. Além dos níveis mais baixos de coautoria, as humanidades são mais fortemente vinculadas aos idiomas nacionais e aos sistemas nacionais de publicação. Para os artigos registrados no *Arts and Humanities Citation Index* — AHCI, a coautoria transnacional aumentou de meros 2% em 1980 para 5% em 2006.

Figura 1 – Grau de abertura internacional e disciplinar das ciências humanas na França

Algumas diferenças entre disciplinas podem ser esclarecidas ao se levar em conta o exemplo das ciências humanas na França, sobre as quais há dados mais específicos disponíveis. Com base nos padrões de citações nos principais periódicos franceses, as ciências humanas podem ser comparadas em duas dimensões: seu grau de abertura (ou fechamento internacional) e seu grau de abertura (ou fechamento) para outras disciplinas. Estas duas dimensões podem ser visualizadas através de um diagrama em que sete disciplinas são representadas (ver Figura 1).¹⁹ O perfil de citação dos principais periódicos nessas disciplinas indica, de maneira geral, que há três tipos de disciplinas. Em economia e administração e, em escala um pouco menor, na ciência política, uma grande proporção da literatura citada é internacional, mas os artigos mencionados tendem a ser limitados à disciplina em questão. Nessas disciplinas, um alto nível de abertura internacional é acompanhado de um alto grau de fechamento disciplinar. O direito tem também um forte perfil de citação monodisciplinar, mas, diferentemente do que acontece com economia e administração, é fortemente orientado para os periódicos nacionais. A sociologia representa um terceiro tipo de disciplina, que combina um padrão de citação nacional bastante destacado com um grande nível de referências a periódicos de outras disciplinas.

O diagrama ilustra a orientação das ciências humanas em um contexto nacional específico — o francês — durante a década que se encerrou em 2002. Quaisquer que tenham sido as mudanças desde então, não parece

provável que tenham sido fundamentais. Tampouco é esperado que os padrões de citações em outros países europeus sejam radicalmente diferentes deste caso, embora diferenças nacionais continuem sendo significativas. Não é de todo implausível pensar, portanto, que as ciências sociais e humanas formem uma estrutura triangular, variando no grau em que são receptivas para o que se produz em outros países, bem como no grau de receptividade para o que se produz em outras disciplinas.

Numa análise mais detida em relação às práticas de colaboração e citação, torna-se evidente que elas não podem ser entendidas adequadamente sem se levar em conta o contexto mais amplo. A integração europeia é muitas vezes retratada como um processo interno da Europa, mas desde o princípio esteve relacionado com alianças e oposições em nível global.²⁰ A europeização nas ciências humanas não foge à regra. Aqui, como em outros domínios, o fator mais importante a ser considerado é a posição preeminente dos Estados Unidos. Mais de dois terços das coautorias extraeuropeias, por exemplo, são com acadêmicos norte-americanos.²¹

Os números mostram que as coautorias intraeuropeias têm aumentado nos últimos anos, mas apenas na mesma proporção das coautorias com acadêmicos dos Estados Unidos. Ou seja, enquanto a colaboração europeia se tornou mais frequente, mais extensa e mais densa, ela continua ficando para trás em relação à colaboração entre acadêmicos europeus e norte-americanos. Uma avaliação do peso acadêmico da colaboração europeia torna o quadro ainda mais desolador. Os padrões de citação indicam que a colaboração europeia é relativamente fraca, não apenas em comparação com a supremacia dos Estados Unidos, mas também em relação aos esforços colaborativos em nível nacional.

Voltando ao caso da França, os periódicos mais citados nas sete ciências humanas mencionadas anteriormente são americanos ou franceses, com poucas exceções a este padrão de citação binacional.²² Periódicos alemães, italianos ou espanhóis são referidos raramente, quando muito, entre os periódicos mais citados, e o mesmo se aplica, de modo geral, a periódicos que se autodenominam “internacionais” ou “europeus”. Estes são ainda poucos em número e não aparecem com destaque nas escalas hierárquicas de citação. Em disciplinas como filosofia, história e direito, não há na França um único título europeu nos 50 periódicos mais assinalados. Em sociologia e antropologia há um periódico europeu entre estes 50; em ciência política e economia são dois.²³

A fraqueza comparativa das estruturas europeias é também perceptível em associações profissionais. A afiliação à Associação Europeia de Sociologia (ESA, na sigla em inglês), por exemplo, tem se expandido indubitavelmente desde sua fundação em 1995, mas a associação europeia ainda é menor do

que as associações nacionais de sociologia tanto na Alemanha como na França. Seus 1.500 membros, além disso, representam apenas um décimo do número de filiados à Associação Americana de Sociologia (American Sociological Association), que não é apenas a maior associação do mundo como também é quase três vezes maior que a organização mundial, a Associação Internacional de Sociologia (International Sociological Association — ISA).

O estatuto acadêmico da União

Os indícios disponíveis sobre a europeização das ciências sociais e humanidades não levam, portanto, a conclusões muito glamorosas. O campo transnacional de pesquisa emergiu na Europa em um período bastante curto de tempo, mas de modo geral ainda parece relativamente fraco em comparação com os Estados Unidos e com as estruturas nacionais existentes nos maiores países europeus. Esta situação guarda semelhança com o que acontece em outros continentes, onde a construção de instituições viáveis transnacionais se mostrou um processo lento e difícil.²⁴ Mas há uma questão. A análise até aqui apresentada se restringiu ao nível institucional, aos programas de financiamento, aos periódicos e às associações; não se preocupou com qualquer grupo de pesquisa ou pesquisador em especial. Se considerarmos as ciências humanas europeias em nível individual, o quadro muda.

Em 2009, o *Times Higher Education Supplement* publicou uma lista dos autores de livros mais citados nas ciências sociais e humanidades. A lista é derivada do *Web of Science Citation Indexes* ao qual me referi anteriormente, e contém os nomes dos 37 estudiosos citados mais de 500 vezes em 2007. Se eliminarmos autores clássicos e outros cuja obra se completou antes da Segunda Guerra Mundial, restam 29 nomes (ver Tabela 2).²⁵ Algumas características destes autores mais mencionados são previsíveis. Com uma exceção — Edward Said — todos são de países ocidentais, e todos, a não ser Judith Butler e Hannah Arendt, são homens. Mais surpreendentes são a distribuição geográfica e as afinidades entre disciplinas. Relativamente poucos são de fato estadunidenses. Dezenove são europeus, sete estadunidenses, dois canadenses, um palestino. Os “dez mais” desta “parada de sucessos” acadêmica se distanciam ainda mais do senso comum, já que metade deles é de franceses, dois são canadenses, um britânico, um alemão, um norte-americano. Isto sugere que há um grande hiato entre os indivíduos predominantemente não americanos cujo trabalho é tido em alta conta e a supremacia norte-americana em muitas áreas de especialidade e instituições de pesquisa (periódicos, associações profissionais e similares).

Tabela 2 — Autores mais citados nas ciências sociais e humanidades (2007)

Autores	Citações em livros
Michel Foucault	2.521
Pierre Bourdieu	2.465
Jacques Derrida	1.874
Albert Bandura	1.536
Anthony Giddens	1.303
Erving Goffman	1.066
Jürgen Habermas	1.049
Judith Butler	960
Bruno Latour	944
Gilles Deleuze	897
Martin Heidegger	874
Noam Chomsky	812
Ulrich Beck	733
Jean Piaget	725
David Harvey	723
John Rawls	708
Geert Hofstede	700
Edward Said	694
Roland Barthes	631
Clifford Geertz	596
Hannah Arendt	593
Henri Tajfel	583
Ludwig Wittgenstein	583
Barney Glaser	577
George Lakoff	577
Benedict Anderson	573
Emmanuel Levinas	566
Jacques Lacan	526
Thomas Kuhn	519

Fonte: Thomson Reuters' Web of Science, Times Higher Education 2009

As afiliações disciplinares na tabela mostram outra anomalia. Representantes das disciplinas mais amplas, que são também as disciplinas com o maior impacto nos rankings de citações — economia, administração e psicologia, por exemplo — estão praticamente ausentes da lista. Os autores

mais citados são, de fato, acadêmicos de disciplinas menores. São as disciplinas com perfil mais intelectual, uma orientação teórica relativamente forte e um público considerável fora de seu próprio domínio. Cerca de metade dos indivíduos mais citados é ligada à filosofia, quase um terço à sociologia; outras disciplinas são mais periféricas.

É também significativo que os rótulos disciplinares não se encaixem muito bem nos mais notáveis representantes das ciências humanas. Nenhum dos autores mais citados é especialista no sentido estrito do termo. Pelo contrário, todos são pessoas que de alguma forma formularam questões mais gerais, que mobilizaram o conhecimento de suas disciplinas para adentrar novos territórios e que transgrediram as fronteiras das especialidades de pesquisa estabelecidas. Ao fazê-lo, eles produziram as típicas "novas combinações" que Schumpeter considerou como traço definidor da inovação. O primeiro da lista, Michel Foucault, formou-se em filosofia, mas abandonou os temas canônicos de sua disciplina para explorar práticas discursivas e de poder em clínicas, hospitais psiquiátricos e prisões. O último nome, Thomas Kuhn, foi um físico que se tornou famoso em função de um livro sobre revoluções científicas, e que combinava argutamente as especialidades, separadas até aquele momento, de história, sociologia e filosofia da ciência.

Existe alguma conexão entre a distribuição geográfica desses estudiosos e suas vinculações multidisciplinares? Será mais fácil cruzar fronteiras disciplinares na Europa do que nos Estados Unidos? A pergunta não é facilmente respondida, até mesmo porque muitos dos não americanos estudaram ou trabalharam nos Estados Unidos, e muitos deles — Erving Goffman, Edward Said e David Harvey — estiveram ligados a universidades americanas durante a maior parte de suas carreiras. Embora seja de difícil resposta, há algum indício de uma vantagem europeia a este respeito, comparativamente. A filosofia, por exemplo, que é uma disciplina central para muitos desses estudiosos, na Europa continental é algo muito diferente do que é nos Estados Unidos. A "filosofia continental", como muitas vezes é chamada, tem conexões mais diversificadas com outras atividades intelectuais do que a filosofia analítica, mais técnica, que domina os departamentos norte-americanos. E essa diferença não diz respeito apenas à filosofia como disciplina, mas tem também consequências para o funcionamento de muitas outras disciplinas e especialidades de pesquisa.

Qualquer que seja o seu significado preciso, esta pequena coleção de astros das citações pode de qualquer modo nos lembrar que as instituições eruditas não deveriam apenas possibilitar que pesquisadores empreendessem seu trabalho em áreas especializadas, mas também deveriam permitir que eles mudassem de rumo, combinando assuntos e modos de indagação

institucionalmente separados, desafiando também em níveis fundamentais a divisão convencional de responsabilidades acadêmicas. Para além das variações geográficas e disciplinares discutidas, esta pode muito bem ser a implicação mais crítica para o desenvolvimento e o aprimoramento das instituições acadêmicas, seja na Europa ou fora dela.

Recebido em 30 de maio de 2012

Aprovado em 21 de setembro de 2012

Tradução de Fernanda Guimarães

Johan Heilbron é membro do CESSP, *directeur de recherche* no CNRS, professor na EHESS, Paris, e na Universidade Erasmus de Roterdã. E-mail: <heilbron@msh-paris.fr>

Notas

¹ Sobre a abordagem de campo neste contexto, ver especialmente Pierre Bourdieu (2002, 1991). Para aspectos culturais, intelectuais e científicos da europeização a partir desta perspectiva, ver Gisèle Sapiro (2009) e Anna Boschetti (2010).

² Para influências do Islã, ver George Makdisi (1981); sobre universidades europeias, ver Walter Rüegg (2011[1992]).

³ Para representações visuais das estruturas de rede da República das Letras, ver <https://republicofletters.stanford.edu/>. Acesso em 10/05/2012.

⁴ Sobre a formação do Estado na Europa, ver Charles Tilly (1990); Norbert Elias (2012); Pierre Bourdieu (2012). As transformações na demografia da comunidade científica europeia correspondem a este padrão de formação estatal. Se no século XV a Itália abrigava o maior número de cientistas e estudiosos, ela foi sendo sobrepujada pela França, Grã-Bretanha e Alemanha; ver Robert Gascoigne (1992).

⁵ Sobre a “vernacularização”, ver Sheldon Pollock (2000); sobre a história do latim, ver Wacquet (1999).

⁶ O mesmo se aplicava ao estilo analítico da física francesa. Repercutindo esses debates, o físico francês Pierre Duhem contrastava o estilo “amplo” da física britânica,

representada por James Clerk Maxwell, entre outros, com a conceitualização “profunda” e mais analítica que ele identificava como essencialmente francesa. Ver Pierre Duhem (1981). Sobre as tradições nacionais nas ciências sociais, ver Heilbron (2008).

⁷ Sobre a política europeia de pesquisa, ver L. Guzzetti (1995). Para informações mais recentes, ver http://www.europarl.europa.eu/parliament/expert/displayFtu.do?language=en&id=74&ftuId=FTU_4.14.html. Acesso em 12/05/2012.

⁸ Foi provavelmente em decorrência da orientação da política dos programas-quadro que muito poucos dos mais preeminentes cientistas sociais europeus participaram deles. Ver EU (2010).

⁹ Para um exemplo do primeiro tipo, ver Birgitta Nedelmann e Piotr Sztompka (1993); para este último, ver B. Coats (2000). Para o esboço histórico de uma abordagem diferente, ver Heilbron, Guilhot & Jeanpierre (2008).

¹⁰ Como estou preocupado aqui com as consequências da integração europeia nas ciências sociais e humanidades, deixo de lado a questão de como os próprios estudiosos, mormente especialistas em direito e economistas, moldaram o processo de integração europeia. Os relatórios de políticas mais importantes produzidos recentemente incluem o *METRIS Report* (2009) e o European Science Foundation, *Vital Questions: The Contribution of European Social Science* (2009). Para outros documentos relacionados com a política da UE, incluindo estudos de avaliação, ver http://ec.europa.eu/research/social-sciences/reports_en.html. Acesso em 30/03/2012.

¹¹ Para outro exemplo anterior e bastante semelhante de europeização, o da European Association of Social Psychology (EAPS 1966), ver Sandra Schruijer (no prelo).

¹² A exceção foi a pesquisa no campo dos estudos de ciência e tecnologia, que tratava diretamente da política científica da Comissão Europeia.

¹³ Ver também Michael Kuhn & Svend Otto Remøe (2005).

¹⁴ O cálculo se baseia em dados do quinto programa-quadro, multiplicados por um fator correspondente ao tamanho do quarto e sexto programas-quadro. Ver EU (2010); http://ec.europa.eu/research/social-sciences/reports_en.html. Acesso em 29/03/2012. Para dados sobre os três programas-quadro entre 1994 e 2006, ver Ilona Pálné Kovács & Dagmar Kutsar (2010:107).

¹⁵ Por haver também periódicos europeus em outros idiomas que não o inglês, este número é mais elevado na prática. Em francês, por exemplo, há mais de 20 periódicos “europeus” nas ciências humanas; ver Gingras & Heilbron (2009).

¹⁶ As bases de dados referidas são o *Social Science Citation Index* (SSCI) e o *Arts and Humanities Citation Index* (AHCI); ver Gingras & Heilbron (2009).

¹⁷ Dos 529 projetos de pesquisa financiados pelos três programas-quadro (1994-2006), 110 foram coordenados no Reino Unido, 88 na Alemanha, 76 na França, 44 na Itália e 40 na Holanda. Ver Ilona Pálné Kovács & Dagmar Kutsar (2010:107).

¹⁸ Sobre a posição predominante dos periódicos britânicos em comparação com outros países europeus, ver Michael Kahn (2010:359-365). Sobre a publicação acadêmica de livros na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, ver John Thompson (2005).

¹⁹ O diagrama se baseia numa segunda análise, não publicada até o momento, de um estudo bibliométrico produzido pelo Centre National de la Recherche Scientifique — CNRS francês; para resultados provisórios, ver Heilbron (2009).

²⁰ Para tentativas ousadas de abordagem global sobre a Europa, ver József Böröcz (2010) e Perry Anderson (2010).

²¹ Com 8% das coautorias extraeuropeias, a Austrália fica em segundo lugar; todos os demais países (Israel, China, Japão, África do Sul, Brasil) dividem uma parcela correspondente a menos de 3%; ver Gingras & Heilbron (2009).

²² Embora a submissão de artigos nos periódicos independa da nacionalidade dos autores, virtualmente todos os maiores periódicos permanecem nacionais, no sentido de que a maioria dos editores trabalha em um só país. Neste sentido, pode-se ainda falar em periódicos britânicos, alemães ou norte-americanos.

²³ Aqui, novamente, há contudo uma expressiva variação de acordo com os países e as disciplinas. Os programas europeus de financiamento e publicação tendem a ser mais importantes para os estudiosos de países menores da Europa. Em disciplinas como a antropologia e a ciência política, além disso, as citações em periódicos apontam para um padrão mais centrado na Europa do que na sociologia ou na economia.

²⁴ O *Relatório Mundial de Ciência Social 2010* da Unesco registra iniciativas na América Latina, na Ásia e no mundo árabe para desenvolver essas estruturas transnacionais regionais.

²⁵ Partindo dessa premissa, os seguintes nomes foram excluídos da lista: Kant, Marx, Nietzsche, Freud, Weber, Durkheim, Dewey e Benjamin. Casos limítrofes, como os de Heidegger e Wittgenstein, cujos trabalhos principais foram produzidos antes da Segunda Guerra Mundial, mas que continuaram a produzir depois da guerra, foram mantidos na lista.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Perry. 2010. *The new old world*. London: Verso.
- BOLI, John & THOMAS, George (eds.). 1999. *Constructing world culture: international nongovernmental organizations since 1875*. Stanford: Stanford University Press.
- BÖRÖCZ, József. 2010. *The european union and global social change*. London: Routledge.
- BOSCHETTI, Anna (ed.). 2010. *L'espace culturel transnational*. Paris: Nouveau Monde.
- BOTS, Hans & WACQUET, Françoise. 1997. *La république des lettres*. Paris: Belin.
- BOURDIEU, Pierre. 2002. "The social conditions of the international circulation of ideas". In: R. Shusterman (ed.), *Bourdieu: a critical reader*. Oxford: Blackwell pp. 220-228.
- _____. 1991. "Epilogue: on the possibility of a field of world sociology". In: Pierre Bourdieu & James Coleman (eds.), *Social theory for a changing society*. Boulder: Westview Press; New York: Russell Sage Foundation.
- _____. 2012. *Sur l'Etat. Cours au Collège de France (1989-1992)*. Paris: Raisons d'Agir/ Seuil.
- CHARLE, Christophe; SCHRIEWER, Jürgen & WAGNER, Peter (eds.). 2004. *Transnational intellectual networks. Forms of academic knowledge and the search for cultural identities*. Berlin: Campus.
- COATS, A. W. Bob (ed.). 2000. *The development of economics in Europe since 1945*. London: Routledge.
- CRAWFORD, Elisabeth. 1992. *Nationalism and internationalism in science, 1880-1939*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____; SHIN, Terry & SÖRLIN, Sverker (eds.). 1993. *Denationalizing science: the contexts of international scientific practice*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.
- DUHEM, Pierre. 1981 [1906]. *La théorie physique, son objet, sa structure*. Paris: Vrin.
- ELIAS, Norbert. 2012 [ed. rev.]. *On the process of civilisation*. Dublin: University College Dublin Press.
- EU. 2010. *Evaluation of the impact of the framework programme supported social sciences and humanities research: a bibliometric approach*. Directorate-General for Research, p. 3. Disponível em: http://ec.europa.eu/research/social-sciences/reports_en.html. Acesso em 10/05/2012.
- EUROPEAN Science Foundation. 2009. *Vital questions: the contribution of european social science* (Strasbourg). Disponível em: <http://www.esf.org/research-areas/social-sciences.html>. Acesso em 29/03/2012.
- FRIJHOFF, W.T.M. 1981. *La société néerlandaise et ses gradués, 1575-1814*. Amsterdam: Holland University Press.
- GASCOIGNE, Robert. 1992. "The historical demography of the scientific community, 1450-1900". *Social Studies of Science*, 22(3):545-73.
- GINGRAS, Yves & HEILBRON, Johan. 2009. "L'internationalisation de la recherche en sciences sociales et humaines en Europe (1980-2006)". In: G. Sapiro (ed.), *L'espace intellectuel en Europe: de la formation des États-nations à la mondialisation XIXème-XXème siècles*. Paris: La Découverte. pp. 359-388.
- GISPERT, Hélène. 2001. "Les journaux scientifiques en Europe". In: Michel Blay & Efthymios Nicolaidis (eds.), *L'Europe des sciences: constitution d'un espace scientifique*. Paris: Seuil. pp. 191-211.

- GUZZETTI, L. 1995. *A brief history of european union research policy*. Brussels/ Luxemburg: OPOCE.
- HEILBRON, Johan; GUILHOT, Nicolas & JEANPIERRE, Laurent. 2008. "Toward a transnational history of social sciences". *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 44(2):146-160.
- HEILBRON, Johan. 2008. "Qu'est-ce qu'une tradition nationale en sciences sociales?" *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, 18:3-16.
- _____. 2009. "La sociologie européenne existe-t-elle?" In: G. Sapiro (ed.), *L'espace intellectuel en Europe: de la formation des États-Nations à la mondialisation XIXe-XXe siècles*. Paris: La Découverte. pp. 347-358.
- KAHN, Michael. 2010. "Basic statistics on the production of the social sciences". In: UNESCO, *World Social Science Report 2010*. Paris: UNESCO/International Social Science Council. pp. 359-65
- KARADY, Victor. 2009. "L'émergence d'un espace européen des connaissances sur l'homme en société: cadres institutionnels et démographiques". In: Gisèle Sapiro (ed.), *L'espace intellectuel en Europe: de la formation des États-nations à la mondialisation XIXe-XXe siècles*. Paris: La Découverte. pp. 43-67.
- KASTRINOS, Nikos. 2010. "Policies for coordination in the european research area: a view from the social sciences and the humanities". *Science and Public Policy*, 37:297-310.
- KOVÁCS, Ilona Pálné & KUTSAR, Dagmar (eds.). 2010. *Internationalisation of social sciences in Central and Eastern Europe*. London: Routledge.
- KUHN, Michael & REMØE, Svend Otto (eds.). 2005. *Building the european research area: socio-economic research in practice*. New York: Peter Lang.
- MAKDISI, George. 1981. *The rise of colleges: institutions of learning in Islam and the West*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- METRIS Report – *Emerging trends in socio-economic sciences and humanities in Europe*. 2009. (Brussels). Disponível em: http://ec.europa.eu/research/social-sciences/books05_en.html. Acesso em 30/03/2012.
- NEDELMANN, Birgitta & SZTOMPKA, Piotr (eds.). 1993. *Sociology in Europe: in search of identity*. Berlin: Walter de Gruyter.
- NEWTON, Ken & BONCOURT, Thibaud. 2010. *The ECPR's first forty years, 1970-2010*. Essex: ECPR Press.
- POLLOCK, Sheldon. 2000. "Cosmopolitan and vernacular in history". *Public Culture*, 12(3):591-625.
- RÜEGG, Walter (ed.). 2011 [1992]. *A history of the university in Europe*. 4 vols. Cambridge: Cambridge University Press.
- SAPIRO, Gisèle (ed.). 2009. *L'espace intellectuel en Europe: de la formation des États-nations à la mondialisation, XIXe-XXe siècles*. Paris: La Découverte.
- SCHRUIJER, Sandra [no prelo]. "What ever happened to the 'european' in european social psychology?". *History of the Human Sciences*.
- THOMPSON, John. 2005. *Books in the digital age: the transformation of academic and higher education publishing in Britain and the United States*. Cambridge: Polity Press.
- TILLY, Charles. 1990. *Coercion, capital and european states, AD 990-1990*. Oxford/ Cambridge, Mass.: Basil Blackwell.
- WACQUET, Françoise. 1999. *Le latin ou l'empire d'un signe*. Paris: Albin Michel.
- WANSINK, H. 1981. *Politieke wetenschappen aan de Leidse universiteit 1575-1650*. Utrecht: HES Publishers.

Resumo

Os debates sobre a internacionalização das ciências sociais têm focalizado a globalização. Este artigo, no entanto, analisa o campo da ciência social europeia como um caso de *regionalização transnacional*. O crescimento do financiamento europeu provocou cada vez mais colaboração entre fronteiras nacionais, e nestas estruturas regionais transnacionais emergentes três padrões se destacam. O primeiro diz respeito à posição predominante de países maiores, em particular a Grã-Bretanha. O segundo concerne à variação de uma para outra disciplina: certas disciplinas de ciências sociais apresentam um nível muito mais alto de orientação internacional do que outras. Um terceiro padrão diz respeito à implicação da colaboração europeia no contexto global. A colaboração europeia aumentou, mas a consequência disso, de maneira geral, parece paradoxal: enquanto periódicos e associações europeus têm uma posição periférica, se comparados com aqueles baseados nos EUA, entre os cientistas sociais mais citados, os europeus superam os norte-americanos.

Palavras-chave Ciência social europeia, Regionalismo transnacional, Hegemonia dos EUA.

Abstract

Debates about the internationalization of the social sciences have focused on globalization. This article, however, analyses the field of European social science as a case of *transnational regionalization*. The growth of European funding provoked increasing collaboration across national borders. In these emerging transnational regional structures, three patterns stand out. The first concerns the predominant position of the larger countries, in particular, Great Britain. The second concerns variation across disciplines: certain social sciences display a much higher level of international orientation than others. A third pattern concerns the significance of European collaboration in a more global context. European collaboration has increased, but its broader significance seems paradoxical: while European journals and associations have a rather peripheral position as compared to those based in the US, European social scientists are more cited than their U.S. American brethren.

Key words European social science, Transnational regionalism, U.S. hegemony.